

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                         |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                    | <b>2</b>  |
| <b>Título: Por um ‘choque’ do querosene, governo abrirá importações .....</b>           | <b>2</b>  |
| Título: Justiça determina que ex-diretores da Petrobras indenizem petroleiros .....     | 4         |
| <b>Título: Com mudança de perfil, PPI passa a contemplar concessões ambientais.....</b> | <b>5</b>  |
| Título: Licenciamento ambiental, consenso ou desastre.....                              | 7         |
| Título: Produção forte impulsiona resultado trimestral da Vale .....                    | 9         |
| Título: Ultrapar tem perda no 4º tri com baixa na Extrafarma .....                      | 11        |
| Título: Curtas .....                                                                    | 12        |
| Título: Petrobras atinge lucro de R\$ 40 bi em 2019.....                                | 13        |
| Título: Cresce risco de inadimplência no ‘shale gas’ dos EUA.....                       | 14        |
| Título: Menor preço derruba lucro da Gerdau.....                                        | 18        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                              | <b>20</b> |
| Título: Petrobrás lucra R\$ 40,1 bi, valor recorde .....                                | 20        |
| Título: Petroleiros suspendem greve para participar de negociações.....                 | 21        |
| Título: Produção de petróleo atinge recorde diário de 4 milhões de barris.....          | 22        |
| Título: Mediação de uma ilegalidade .....                                               | 23        |
| Título: STF suspende julgamento de plano de investimento .....                          | 25        |
| Título: Pacote de concessões tem parques e florestas .....                              | 25        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                 | <b>27</b> |
| Título: Com venda de ativos, Petrobras tem ganho recorde de R\$ 40,1 bi .....           | 27        |
| Título: Petroleiros decidem votar suspensão da greve nesta quinta.....                  | 29        |
| <b>Título: Vista grossa.....</b>                                                        | <b>30</b> |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                            | <b>31</b> |

|                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Petrobras mantém demissões, estopim da greve .....          | 31        |
| Título: Mattar confirma decreto para acelerar as privatizações..... | 33        |
| Título: Maior ganho da história.....                                | 34        |
| Título: Paralisação e coronavírus ameaçam estatal este ano .....    | 36        |
| Título: Conselho quer fim de isenção fiscal dada por Witzel .....   | 37        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                            | <b>39</b> |
| Título: Privatização chega às florestas .....                       | 39        |
| Título: Lucro recorde; gasolina sobe .....                          | 41        |

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 20/02/2020****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner e Murillo Camarotto — De Brasília****Título: Por um 'choque' do querosene, governo abrirá importações**

Preocupado com o preço das passagens aéreas e com as críticas sofridas nas redes sociais, o governo pretende facilitar as importações de querosene de aviação, que representa mais de 30% do custo operacional das companhias. A ideia é abrir o mercado brasileiro para uso do Jet A, mais abundante no mundo, a fim de promover competição no abastecimento das aeronaves. Hoje só o combustível do tipo Jet A1, produzido pela Petrobras, possui a certificação necessária no Brasil.

A abertura faz parte de um conjunto de medidas que foram discutidas em uma reunião, na terça-feira à tarde, com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto. Também participaram representantes dos ministérios da Economia e de **Minas e Energia**, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Infraero.

Barreto disse ao **Valor** que o órgão já apura possíveis condutas anticompetitivas no segmento de distribuição de querosene, dominado pelas empresas Air BP

(divisão da britânica BP), Raízen e BR Distribuidora. Essas empresas controlam dutos que abastecem importantes aeroportos do país.

O processo foi aberto em outubro de 2018, a partir de análises que começaram quatro anos antes, por causa de representação apresentada ao Cade pela Gran Petro. A companhia alega que as distribuidoras e a operadora do aeroporto de Guarulhos (SP) estariam impedindo sua entrada no fornecimento para os aviões.

Em um acordo fechado com o Cade, em julho do ano passado, a Petrobras se comprometeu a vender oito de suas refinarias até 2021. Cinco delas produzem querosene. Isso já deve, na avaliação de parte do governo, acirrar a concorrência no setor. Na reunião, entretanto, autoridades da área energética ponderaram que não se deve alimentar a expectativa de uma queda dos preços no curto prazo. Até porque nenhuma das unidades à venda está no Sudeste, região de maior demanda por combustível de aviação.

Daí que o processo no Cade para investigar as distribuidoras e a facilitação das importações são vistos como medidas fundamentais e complementares entre si.

Um subgrupo ligado ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), sob coordenação do Ministério da Infraestrutura, foi criado anteontem para avançar com essa agenda. Um relatório técnico, com sugestões de aplicação das medidas, deverá ser apresentado no começo do segundo semestre.

No caso das importações, a intenção é permitir o Jet A, que até hoje não foi certificado no Brasil e tem maior utilização nos Estados Unidos. Esse tipo de querosene pode, em tese, congelar com mais facilidade em rotas polares, mas seria autorizado para uso doméstico por aqui. Além de não haver risco, ele é alguns centavos mais em conta que o tradicional.

A Secretaria Nacional de Portos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) também estão sendo incluídas nas discussões para opinar como os novos arrendamentos de terminais portuários, principalmente em Santos, podem ajudar numa infraestrutura de tancagem para o querosene.

A equipe do ministro Tarcísio de Freitas vem trabalhando ainda em estudos para zerar a cobrança de PIS/Cofins sobre o combustível de aviação, que poderia representar uma economia de R\$ 0,07 por litro (em torno de R\$ 3), mas a área econômica não vê isso com simpatia.

Para o Ministério da Infraestrutura, as medidas podem não só ter impacto positivo nos preços das passagens, mas estimular a entrada de novas companhias no Brasil. Uma das maiores queixas de potenciais investidores é o custo dos combustíveis, apesar de iniciativas como a de São Paulo, que já baixou

- de 25% para 12% - a alíquota de ICMS sobre o querosene. Outros Estados seguiram na mesma linha.

Mudanças legislativas e regulatórias, como a permissão de 100% para capital estrangeiro em empresas aéreas e fim da franquias obrigatória de bagagem, ajudaram na desregulamentação do setor. Apesar da entrada de algumas “low cost” em ligações internacionais, nenhuma companhia nova iniciou operações no mercado doméstico depois dessas medidas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Brasil

**Autor:** André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

**Título:** Justiça determina que ex-diretores da Petrobras indenizem petroleiros

### **Desdobramento da Lava-Jato, sentença diz que Pedro Barusco e Paulo Roberto Costa devem pagar R\$ 500 mil cada um a entidade sindical**

Os trabalhadores da Petrobras obtiveram ontem uma decisão favorável na Justiça. O ex-gerente de serviços da estatal Pedro Barusco Filho e o ex-diretor de abastecimento da companhia Paulo Roberto Costa foram condenados a indenizar os funcionários da empresa por danos morais coletivos. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro informou que, cada um, terá que desembolsar R\$ 500 mil. Os recursos serão destinados à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros).

A sentença é da juíza Lindalva Soares Silva, da 11ª Vara Cível da Capital, e se refere a uma ação de responsabilidade civil proposta pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). A entidade sindical acusava os réus de confessarem, durante as investigações da Operação Lava-Jato, a prática de atos ilegais e recebimento de propina, o que gerou prejuízo para a Petrobras. Cabe recurso da decisão.

Na sentença, a juiz alegou que “os fatos confessados pelos réus, apesar de a primeira vista causarem prejuízos financeiros diretos à Petrobras, também causaram prejuízos morais aos seus empregados” e “profunda frustração aos empregados que trabalharam duramente” para o desenvolvimento dos projetos do pré-sal.

Esta é a segunda vitória da FUP nos tribunais nesta semana, depois de alguns reveses no Tribunal Superior do Trabalho (TST) neste mês, em meio à greve da categoria. Na terça-feira, a desembargadora Rosalie Michael Bacila, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), determinou a suspensão das demissões dos empregados da fábrica de fertilizantes de Araucária (PR) até 6 de março, quando está prevista uma audiência de conciliação no tribunal.

A suspensão das demissões é o principal pleito da paralisação, que completou ontem 19 dias. Até a conclusão desta edição, ainda não havia uma posição oficial dos sindicatos sobre a continuidade ou não da greve depois da suspensão dos desligamentos via Justiça.

Se a decisão for pelo indicativo de encerramento da greve, serão convocadas assembleias nos sindicatos para que o assunto seja votado pela categoria. “O conselho só aprova o indicativo para as assembleias. A decisão é soberana da categoria”, afirmou Deyvid Bacelar, diretor da FUP, ao **Valor**. “Aqui não tem decisão monocrática. Temos decisão democrática, com ampla participação da sociedade”, completou ele, fazendo referência à decisão monocrática do ministro do TST Ives Gandra da Silva Martins Filho, que classificou a greve como ilegal e estipulou multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil aos sindicatos, caso o movimento continue.

O TST marcou para 9 de março o julgamento sobre a greve na Seção de Dissídio Coletivo (SDC). Ives Gandra convocou para amanhã uma reunião de mediação entre a FUP e a Petrobras. O encontro, porém, está condicionado à suspensão imediata da paralisação.

Bacelar lembrou que outro item da pauta do movimento ainda não foi atendido. Trata-se do que ele chamou de “medidas arbitrárias aplicadas de forma ilegal” pela Petrobras - entre elas a mudança nas tabelas de turnos. De acordo com ele, a empresa reduziu a relação entre trabalho e folga dos trabalhadores, afetando a qualidade de vida da categoria.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Brasil

**Autor:** Fabio Murakawa e Lu Aiko Otta — De Brasília

**Título:** Com mudança de perfil, PPI passa a contemplar concessões ambientais

### **Programa reduz participação do setor de infraestrutura**

Os novos projetos aprovados na reunião de ontem do conselho do Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) mostra que o programa mudou seu perfil. Antes concentrado em concessões em infraestrutura, passou a contemplar outras áreas, como parques nacionais e florestas. Segundo a secretária especial do programa, Martha Seillier, isso reflete uma maior preocupação do governo com a agenda ambiental.

Na reunião de ontem do Conselho do PPI, foram incluídas três florestas na Amazônia (Humaitá, Iquiri e Castanho) para concessão com fins de manejo sustentável. “É explorar para que possa trazer benefícios econômicos, mas de forma que a floresta tenha capacidade de se recuperar”, informou a secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriação do PPI, Rose Hofmann. “Importa a técnica para concretizar a sustentabilidade.”

O secretário especial de Desestatizações, Desinvestimentos e Mercados, Salim Mattar, acrescentou que há várias florestas concedidas nos Estados Unidos, com exploração turística. A presença do concessionário, segundo ele, economiza recursos públicos na fiscalização, gera impostos e desestimula a grilagem.

Na lista de empreendimentos foram incluídos também 20 mil áreas para exploração mineral que compõem o acervo da Agência Nacional de Mineração (ANM). São empreendimentos que já estiveram em mãos privadas e, por algum motivo, retornaram ao governo. Não há, entre eles, nenhum em terras indígenas, informou Rose.

Na área de infraestrutura, foram incluídos cinco terminais portuários e um trecho de rodovia para relicitação, a BR-040 de Juiz de Fora (MG) a Brasília, além do terminal de passageiros do porto de Fortaleza. Também foram incluídos leilões de geração e transmissão de energia.

O governo leiloa amanhã um trecho da BR-101. Martha informou que há três grupos interessados no negócio.

Nos bastidores corre uma explicação diferente para a mudança na composição da carteira do PPI. A de que, após passar para as mãos do então ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni, o programa deixou de atuar na linha de frente de concessões de grandes ministérios, como Infraestrutura e **Minas e Energia**. Por isso, se ocupa de outras áreas.

Não está claro o que acontecerá com o PPI sob o comando do ministro da Economia, Paulo Guedes. Ao conferir ao programa o status de secretaria especial, ele mostrou que dá importância ao trabalho desenvolvido pelo grupo de técnicos. Mas, na área econômica, há quem questione a necessidade do PPI. A avaliação é que o trabalho poderia ser feito, por exemplo, pelo BNDES.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 20/02/2020****Seção: Opinião****Autor: Cristina Graça, Marina Gadelha e Mauricio Guetta****Título: Licenciamento ambiental, consenso ou desastre**

Apesar do desastre da Samarco, em Mariana (MG), em 2015, o Estado de Minas Gerais aprovou lei para flexibilizar o licenciamento ambiental. Na sequência, uma norma editada pela Secretaria de Meio Ambiente estadual permitiu a reclassificação do grau de risco de empreendimentos causadores de impacto ambiental, culminando no rebaixamento, do grau seis para o grau quatro, do risco da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG). Pouco depois, em 25 de janeiro de 2019, o Brasil e o mundo acompanharam, estarecidos, a tragédia causada pelo colapso desse reservatório, com a morte de 272 pessoas e danos ambientais irreparáveis.

Destinado à prevenção de impactos e desastres socioambientais, além da compatibilização de atividades econômicas com o equilíbrio ecológico, o licenciamento ambiental foi inserido na legislação federal pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. Em meio ao regime militar, num ambiente hostil à proteção ambiental, a aprovação da norma somente foi possível devido à busca incansável pelo consenso. Paulo Nogueira Neto, patrono da política ambiental brasileira, liderou um processo aberto e amplo de diálogo, focado em acordos com setores antagônicos. O resultado foi uma lei equilibrada, que alia a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico.

Aprovação aumentará risco de novos desastres e insegurança jurídica, além de restringir os investimentos

O espírito conciliador que marcou a trajetória do professor Nogueira Neto, falecido um mês após o desastre em Brumadinho, parece ter inspirado a Câmara dos Deputados na matéria ambiental, em 2019. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), teve papel fundamental na contenção do desmonte das políticas ambientais. Além disso, privilegiou o diálogo e, assim, conseguiu aprovar um projeto de lei sobre pagamento por serviços ambientais, que dividia ambientalistas e ruralistas.

Na difícil discussão do projeto da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, Rodrigo Maia reiterou aos parlamentares a necessidade do consenso. Constituiu um Grupo de Trabalho (GT), nomeou o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) para coordená-lo e permitiu a realização de audiências públicas sobre as dez principais polêmicas envolvendo o projeto.

A proposta inicial do GT foi reformulada e republicada duas vezes para contemplar os acordos estabelecidos. Depois disso, para a surpresa de todos, Kataguirom rompeu os consensos firmados e apresentou um substitutivo que torna o licenciamento exceção, em vez de regra, gerando forte reação da sociedade civil, da comunidade científica, de técnicos de órgãos ambientais, do Ministério Público, da advocacia pública e privada e de representantes do empresariado.

Diversos pontos do texto divulgado colidem com preceitos básicos da Constituição, inclusive com precedentes do Supremo Tribunal Federal, especialmente no que toca à proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas e outros aspectos sociais. O meio ambiente e a sociedade saíram perdendo em dez das dez polêmicas debatidas no GT.

Vejamos alguns exemplos emblemáticos de retrocesso. Em contrariedade a 40 anos de teoria e prática, o projeto exclui do licenciamento todos os impactos indiretos causados por empreendimentos, com graves consequências socioambientais. O desmatamento decorrente da instalação, ampliação e pavimentação de estradas na Amazônia - aproximadamente 95% do desmatamento na Amazônia brasileira ocorre em um raio de 5,5 km das estradas - passaria a não ser sequer previsto nas avaliações de impacto. Da mesma forma, não seriam endereçados impactos como o esgotamento de serviços públicos essenciais - hospitais, escolas, saneamento básico etc. - em municípios que percebem expressivos aumentos populacionais devido à instalação de empreendimentos de significativo impacto, como no caso de hidrelétricas.

À semelhança do que se verifica em vários pontos do texto, os impactos indiretos serão ocasionados na prática, mas não serão solucionados pelo licenciamento. Além disso, a proposta elimina a avaliação de risco, instrumento essencial para mensurar e prevenir desastres socioambientais.

A licença ambiental corretiva, destinada a regularizar empreendimentos sem licença, será mais fácil de obter do que a licença ordinária, resultando em incentivo ao descumprimento da própria lei. Ademais, empreendimentos de infraestrutura, que causam impactos significativos, poderão ser licenciados de forma simplificada, ou até autodeclaratória, rompendo a orientação pela proporcionalidade entre o grau de impacto do empreendimento e o rigor do licenciamento ambiental. Aliás, a adoção de licenciamento autodeclaratório, sem a prévia avaliação do órgão ambiental, poderá ser a regra em todo o Brasil. Há, ainda, ameaças irreversíveis a unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e patrimônio histórico e cultural.



Sequer os impactos à saúde foram contemplados, uma vez que o Ministério da Saúde foi excluído do rol de autoridades envolvidas no licenciamento ambiental. Ficaram mantidas na proposta dispensas de licenciamento a atividades causadoras de impacto ambiental, apesar de já terem sido declaradas inconstitucionais pelo STF.

No momento em que se anuncia a votação do projeto como a primeira pauta importante do plenário da Câmara em 2020, é preciso resgatar as lições de Paulo Nogueira Neto e compreender que a eventual aprovação de propostas de enfraquecimento do licenciamento ambiental, além de fazer proliferar riscos de novos desastres socioambientais, resultará em insegurança jurídica, aumento da judicialização e restrições a investimentos e ao comércio internacional.

Caminhar no sentido do equilíbrio e dos consensos significa garantir que o desenvolvimento seja realizado com o imprescindível atendimento a valores constitucionais, incluindo, necessariamente, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e demais direitos fundamentais da sociedade.

**Cristina Seixas Graça é presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa)**

**Marina Gadelha é presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental da OAB**

**Mauricio Guetta é consultor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA).**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas — Do Rio**

**Título: Produção forte impulsiona resultado trimestral da Vale**

A Vale deve apresentar resultados consistentes no quarto trimestre de 2019, segundo avaliação de analistas de bancos de investimento. O desempenho operacional será garantido por fortes volumes de vendas, apesar de preços menores do minério de ferro. Nos três últimos meses do ano passado, o preço médio da commodity com teor de ferro de 62% caiu cerca de 13% no mercado à vista da China, situando-se em US\$ 88,60 por tonelada. Há previsões, como a do Itaú BBA, prevendo preço médio de US\$ 75 por tonelada para o minério de ferro em 2020 (ontem a cotação era de US\$ 89,15 por tonelada).

Sete bancos ouvidos pelo **Valor** (ver tabela) projetam receita média de US\$ 9,6 bilhões para a mineradora no período, queda de 2,1% sobre o último trimestre de 2018. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda)

previsto para a mineradora é de US\$ 4,47 bilhões, estável sobre igual período do ano passado. Os resultados oficiais da Vale no quarto trimestre do ano serão conhecidos hoje depois do fechamento do mercado.

As estimativas de lucro dos bancos para a Vale no quarto trimestre de 2019 variam. Vão desde prejuízo de US\$ 576 milhões até lucro de US\$ 3,9 bilhões. As diferenças são explicadas porque os bancos têm dificuldades de estimar o lucro da empresa em função de baixas contábeis que a mineradora costuma fazer no último trimestre de cada ano. Há ainda provisões que a Vale vem fazendo para Brumadinho (MG).

O lucro também passou a ser variável para a qual os bancos dão menor importância relativa no caso da Vale. Esse indicador costuma ser influenciado por fatores não recorrentes como a taxa de câmbio, que tem impactos sobre a dívida da companhia e termina, em última instância, influenciando o resultado final do seu balanço contábil.

Dessa forma, os bancos preferem olhar para a receita e o Ebitda como indicadores mais adequados da saúde financeira da mineradora. A Vale continua sendo geradora de caixa e reduziu muito a dívida. No ano passado, mesmo com cortes na produção depois da tragédia de Brumadinho, a companhia gerou forte caixa como resultado da alta dos preços. O BTG Pactual prevê receitas líquidas de US\$ 37,46 bilhões para a mineradora em 2019, alta de 2,4% sobre 2018. O Ebitda teve crescimento maior e pode ter atingido, segundo as previsões do banco, US\$ 18,1 bilhões, alta de 15,5% sobre 2018.

Essa situação faz com que o mercado mantenha otimismo em relação à retomada do pagamento de dividendos pela Vale aos acionistas este ano. Esses pagamentos foram suspensos logo depois de Brumadinho e a empresa tem dito que a prioridade é fazer a compensação e a reparação da tragédia.

Ao divulgar o relatório de produção do quarto trimestre este mês, a empresa anunciou que vai provisionar mais US\$ 671 milhões no balanço encerrado em 31 de dezembro. O valor é para fazer frente aos compromissos de descaracterização de barragens construídas pelo método de alteamento a montante, do mesmo tipo que se rompeu em Brumadinho em janeiro do ano passado.

Com esse valor, o total de provisões para Brumadinho chega, portanto, a cerca de US\$ 6,7 bilhões até o momento, considerando US\$ 4 bilhões para gastos com reparações e indenizações e US\$ 2,7 bilhões com os trabalhos de descaracterização das barragens a montante. A empresa também tem manifestado que os volumes provisionados até agora são adequados e suficientes para cumprir com as exigências postas por Brumadinho, embora

ainda faltem fechar acordos com autoridades em Minas Gerais. A previsão se apoia no fato de que duas grandes ações civis públicas contra a Vale em Minas somam pedidos de cerca de R\$ 11 bilhões.

É esperado ainda, para o quarto trimestre, que a empresa confirme baixa contábil de US\$ 3,2 bilhões referente a ativos de níquel e de carvão. A baixa se refere à produtora de níquel VNC, na Nova Caledônia, e à mina de carvão de Moatize, em Moçambique. A mineradora já havia anunciado, em novembro, que faria essa baixa contábil no quarto trimestre.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Stella Fontes — De São Paulo**

**Título: Ultrapar tem perda no 4º tri com baixa na Extrafarma**

Uma baixa contábil de quase R\$ 600 milhões na Extrafarma, rede de varejo farmacêutico que tem lutado para reverter o baixo desempenho, levou a Ultrapar a registrar prejuízo líquido atribuível aos acionistas da companhia de R\$ 266,5 milhões no quarto trimestre. E acabou ofuscando a melhora de desempenho da Ipiranga, principal negócio do grupo Ultra, que vendeu menos em volume mas entregou margens melhores.

O prejuízo anunciado ontem à noite não era esperado pelo mercado. Analistas do Goldman Sachs, Bradesco BBI, Safra, BTG Pactual, Santander e Credit Suisse projetavam lucro médio de R\$ 325,2 milhões.

A perda trimestral se compara a lucro de R\$ 507,6 milhões um ano antes e é explicada principalmente pelo “impairment” no ágio da aquisição da Extrafarma de R\$ 593,3 milhões. Houve ainda baixa de ativos da Oxiten Andina, de R\$ 14 milhões, e sem considerar os eventos não recorrentes, o grupo teria registrado lucro de R\$ 141 milhões, queda de 36%.

De outubro a dezembro, a receita líquida da Ultrapar subiu 0,8%, a R\$ 23,66 bilhões, e o lucro bruto ficou em R\$ 1,64 bilhão, acima dos R\$ 1,56 bilhão apurados no quarto trimestre de 2018. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), considerando-se o ajuste à norma contábil IFRS 16, somou R\$ 362 milhões, com queda de 63,6% - sem as baixas, o resultado teria subido 20%, a R\$ 968,8 bilhões.

Em termos operacionais, Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo registraram melhora no trimestre, enquanto Oxiteno e Extrafarma tiveram piora. Na distribuidora de combustíveis, o Ebitda subiu 11% na comparação anual, para R\$ 631 milhões, e a margem Ebitda ajustado ficou em R\$ 114 por metro cúbico, contra R\$ 92 um ano antes. O volume total de venda de combustíveis caiu 1%, para 6,11 milhões de metros cúbicos - enquanto houve queda de 2% no diesel, as vendas do ciclo Otto (gasolina e etanol) subiram 1%.

A compra da Extrafarma foi anunciada em outubro de 2013 ao preço de R\$ 1 bilhão, pago por meio da emissão de ações da Ultrapar em favor dos vendedores, que receberam o equivalente a 2,9% dos papéis da holding.

Após a compra, a estratégia foi acelerar a expansão da rede de farmácias, que já era a 8ª maior do país em número de lojas e a 9ª em faturamento. Apesar dos gastos de implantação, o plano não foi bem sucedido e, nos últimos trimestres, a Extrafarma iniciou um processo de fechamento das lojas de baixo desempenho.

No quarto trimestre, a rede teve Ebitda negativo de R\$ 603 milhões considerando-se a baixa contábil. Sem o “impairment”, o Ebitda ficou negativo em R\$ 36 milhões, contra R\$ 15 milhões negativos um ano antes. A Extrafarma encerrou 2019 com 416 lojas, diante de 29 aberturas e 46 fechamentos, redução de 4% na base.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

## PCH São Joaquim

A Renova Energia informou ontem, em fato relevante, que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou despacho, na segunda-feira, suspendendo a operação comercial das unidades geradoras UG1 e UG2 da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) São Joaquim, no Espírito Santo. Segundo o comunicado da Renova, atualmente em recuperação judicial, a medida foi tomada em razão das fortes chuvas na região do município de Alfredo Chaves, em janeiro, que elevaram os níveis do rio Benevente, resultando na inundação da casa de força. A Brasil PCH informou que a São Joaquim, sua controlada indireta, está

adotando todas as medidas necessárias para o restabelecimento da situação operacional da central geradora, com capacidade para 21 MW. “A companhia reitera que tal situação não resulta em qualquer impacto à capacidade de pagamento tempestivo das debêntures de emissão da Brasil PCH, nos termos previstos na respectiva escritura de emissão”, informou trecho do relatório. A PCH São Joaquim pertence à São Joaquim Energia, controlada indiretamente pela Brasil PCH, na qual a Renova detém uma fatia de 51% no capital social.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Por André Ramalho, Rodrigo Polito, Rafael Rosas e Ivan Ryngelblum — Do Rio e de São**

**Título: Petrobras atinge lucro de R\$ 40 bi em 2019**

Favorecida pelo programa de desinvestimentos, a Petrobras fechou 2019 com um lucro líquido recorde de R\$ 40,137 bilhões. O valor representa aumento de 55,7% em relação a 2018 e garantiu aos acionistas remuneração de R\$ 10,6 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,73 por ação ordinária e R\$ 0,92 por preferencial em circulação), incluindo pagamentos já adiantados. Em relação aos resultados do quarto trimestre, o conselho de administração aprovou a distribuição de R\$ 1,7 bilhão para os detentores de papéis ordinários e R\$ 2,5 milhões para preferencialistas.

Ao todo, a Petrobras viu entrar US\$ 14,6 bilhões em seu caixa, em 2019, oriundos de operações de vendas de ativos. Só a alienação da Transportadora Associada de Gás (TAG) e a privatização da BR Distribuidora representaram, para o caixa da companhia, no ano passado, US\$ 11,275 bilhões.

“Os desinvestimentos foram fundamentais para ajudar a viabilizar o foco nos ativos em que somos o dono natural, permitindo investimento total de US\$ 27,4 bilhões, sendo US\$ 16,7 bilhões na aquisição de direitos de exploração e produção de petróleo [nos leilões da Agência Nacional do Petróleo]”, afirmou o presidente da companhia, Roberto Castello, em carta enviada aos acionistas.

Devido a redução de custos, a Petrobras também reportou um Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) ajustado recorde no valor de R\$ 129,2 bilhões - alta de 12,5% em relação a 2018. O comando da estatal comemorou a redução dos custos de extração na base caixa, para US\$ 6,5 por barril no quarto trimestre de 2019, US\$ 3 a menos do que os patamares do início do ano anterior. Segundo a companhia, o número menor de contingências e a adoção da norma contábil IFRS 16 também favoreceram o resultado.

Apesar da melhora no cenário financeiro, Castello Branco fez questão de destacar que a Petrobras “continua a ser uma das petroleiras mais endividadas do mundo”, com dívida bruta de US\$ 87,1 bilhões, ante os US\$ 89,9 bilhões registrados no fechamento do terceiro trimestre (incluindo os efeitos do IFRS 16). A dívida líquida, contudo, subiu 4,5% na mesma base de comparação, para US\$ 78,861 bilhões.

A alavancagem da companhia, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, subiu para 2,46 vezes - versus 2,34 vezes em 2018 - devido aos efeitos do IFRS 16 em 2019. Uma vez excluídos esses efeitos, o índice estaria em 1,99 vez no ano passado. Para este ano, a meta da petroleira é reduzir a alavancagem para 1,5 vez.

As receitas líquidas da estatal, por sua vez, caíram 2,6% no ano, para R\$ 302,245 bilhões, apesar do aumento das exportações. A Petrobras atribuiu a queda das receitas à redução de 9,5% no preço médio do barril de petróleo do tipo Brent no mercado internacional, em dólar (e de 2% em real). Além disso, contribuíram para o resultado o menor volume de derivados vendidos, a preços também menores, e o encolhimento da carteira de ativos da empresa no exterior.

Castello Branco destacou, em mensagem enviada aos acionistas, que os resultados consolidam a posição da petroleira como a “maior contribuinte do Brasil”. Ao todo, a empresa pagou aos governos, em royalties, impostos e bônus de assinatura nos leilões, R\$ 246 bilhões, patamar também recorde.

O balanço de 2019 da Petrobras contabilizou também perdas por redução ao valor recuperável do ativo (“impairment”) no valor de R\$ 11,6 bilhões, dos quais R\$ 6,59 bilhões vieram da revisão de expectativa de curva de Brent, no quarto trimestre, e R\$ 2,2 bilhões da postergação da previsão de entrada em operação do segundo trem da refinaria Rnest, em Pernambuco. A perfuração de poços secos rendeu uma baixa de R\$ 1,25 bilhão.

No quarto trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 8,15 bilhões, alta de 288% em comparação com o apurado em igual período de 2018. Segundo a companhia, houve melhora nas margens de petróleo, menores despesas financeiras e ganhos de capital com a venda de ativos de exploração e produção no período.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:** Por Derek Brower — Financial Times, de Nova York

**Título:** Cresce risco de inadimplência no ‘shale gas’ dos EUA

Os riscos de falência no setor de exploração de xisto dos Estados Unidos aumentaram, pois os preços baixos do petróleo e a contração do acesso ao crédito pioraram as perspectivas para alguns produtores, justamente quando um montante “impressionante” de US\$ 86 bilhões em dívidas começam a vencer.

As dívidas de grau especulativo, ou subinvestimento, são mais de 60% do total a ser pago a partir de agora e até 2024, o que “implica um maior grau de risco de inadimplência para o setor”, avaliou a agência de classificação de risco Moody's, em um relatório divulgado ontem.

Os vencimentos das dívidas de grau especulativo atingirão seu pico em 2022, quando vão superar os vencimentos de dívidas com grau de investimento em uma proporção de quase dois para um, segundo a Moody's.

Mas a redução dos preços do petróleo e do gás e o sentimento de baixa no mercado - causados pelas expectativas de um excesso de oferta de petróleo mundial no primeiro semestre de 2020 - vão prejudicar as tentativas dos produtores de levantar mais dinheiro neste ano, o que, por sua vez, ameaça privá-los de capital para investir na produção de forma a manter o fluxo de caixa intacto, disseram analistas.

As empresas que já são classificadas com grau de subinvestimento e aquelas que se concentram em gás natural estão especialmente expostas e terão de enfrentar investidores que desenvolveram “aversão ao risco” para o setor, segundo o relatório da Moody's.

A Antero Resources, a EQT e a Chesapeake, que são focadas em gás natural e têm, juntas, dívidas de mais de US\$ 5 bilhões com vencimentos daqui até 2024, estão entre as 12 empresas que, segundo a Moody's, enfrentarão uma perspectiva de refinanciamento “particularmente desafiadora”.

“Embora essas empresas já tenham tomado algumas medidas para lidar com os vencimentos das dívidas, é preciso fazer ainda mais”, comentou a Moody's.

Em janeiro, a taxa média de juros paga pelos produtores de xisto por sua dívida corporativa, classificada pela Moody's como B3, ou altamente especulativa, foi 400 a 500 pontos-base superior à média da dívida classificada como B3 em todos os setores, disse Sajjad Alam, principal autor do relatório da Moody's.

Os preços do petróleo caíram mais de 15% desde o início de janeiro, reflexo das preocupações com o excesso de oferta mundial, que foram exacerbadas pela



fraqueza da demanda chinesa desde a epidemia do coronavírus. Enquanto isso, na semana passada, os preços dos contratos futuros de gás natural dos EUA com vencimento mais próximo despencaram para seu menor nível de fevereiro em 20 anos, em meio ao clima ameno fora de época.

Mas os produtores de xisto dos EUA também são vítimas do próprio sucesso de longo prazo. A produção de gás natural nos 48 Estados do território contínuo do país quase dobrou desde 2005 e a produção de petróleo bruto saltou quase 160% desde 2008.

A produção de gás natural dos EUA, que atingiu recorde em 2019, deve aumentar mais 2% neste ano, de acordo com previsão divulgada na semana passada pela Agência de Informação sobre Energia, uma divisão do Departamento de Energia. A produção de petróleo bruto pode aumentar quase 8%, para 13,2 milhões de barris por dia, na avaliação da agência.

Isso já representa uma desaceleração com relação às taxas de crescimento anual recentes, mas a crise de crédito iminente e o aumento do custo de capital para os produtores endividados, juntamente com a baixa persistente dos preços do petróleo e do gás, podem diminuir ainda mais as expectativas de crescimento da produção, disseram analistas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:** Letícia Fucuchima — De São Paulo

**Título:**

## **WEG surpreende no 4º trimestre e ações têm alta de 9%**

3-5 minutos

Uma das maiores fabricantes de equipamentos eletroeletrônicos do mundo, a brasileira WEG surpreendeu o mercado na divulgação de resultados referentes ao último trimestre do ano passado. Os números reportados superaram as previsões de analistas, que já tinham uma visão positiva para o balanço, e repercutiram fortemente sobre as ações da companhia, que fecharam o pregão de ontem com alta de 9,22%, a R\$ 48,82. A maior alta do Ibovespa no dia, atingindo R\$ 102 bilhões de valor de mercado.



Entre outubro e dezembro, a WEG obteve lucro líquido de R\$ 500,5 milhões, 49,3% acima do registrado em igual intervalo de 2018. No mesmo período, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) subiu 36,1%, a R\$ 666,4 milhões, enquanto a receita líquida cresceu 20,9%, para R\$ 3,7 bilhões. Em 2019, a empresa acumulou lucro líquido de R\$ 1,6 bilhão, 20,6% acima de 2018.

Para o BTG Pactual, o grande destaque foi o mercado doméstico, onde as vendas tiveram desempenho “impressionante”. A receita operacional líquida da WEG no mercado interno subiu 30,4% ante o quarto trimestre de 2018, para R\$ 1,64 bilhão, ficando 21% acima do estimado pelo banco.

O resultado do trimestre foi impulsionado, em grande parte, pelo segmento de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia (GTD). Os negócios dessa divisão têm ganhado tração com o avanço das energias renováveis na matriz elétrica brasileira: a WEG fornece, por exemplo, turbinas eólicas, inversores para grandes usinas solares, e kits para geração distribuída fotovoltaica, setor tem crescido exponencialmente nos últimos dois anos.

Já no fornecimento a setores industriais, a empresa viu melhora na demanda doméstica por equipamentos eletroeletrônicos de ciclo curto, ao passo que a procura por produtos de ciclo longo seguiu concentrada em setores específicos, como mineração, papel e celulose e óleo e gás. Em contrapartida, no mercado externo, o movimento foi inverso: o cenário se mostrou melhor para equipamento de ciclo longo e pior para os de ciclo curto, refletindo a desaceleração do crescimento da economia global.

Para o futuro, analistas apostam que a fabricante manterá a trajetória de bons resultados. “A WEG tem histórico bem-sucedido de sólidos resultados e retornos elevados, sustentados em estratégias claras de longo prazo e na alavacagem de um balanço saudável, o que permite à companhia perseguir oportunidades de crescimento de forma confortável - uma tendência que esperamos que permaneça no futuro”, diz o Itaú BBA. Para o período de 2019 a 2025, o banco calcula um crescimento anual composto (CAGR) em torno de 11% para as receitas da WEG. Para Ebitda e lucro, as taxas projetadas são de 13% e 14%, respectivamente.

Sobre as ações da empresa, o J.P.Morgan aponta que elas têm sido negociadas a um múltiplo de 48,1 vezes o lucro projetado para 2020, prêmio de 130% ante pares internacionais e acima da média histórica de 23,1 vezes para as ações da WEG entre 2014 e 2019. “Apesar disso, acreditamos que o ‘valuation’ atual deve se manter se a WEG continuar a entregar fortes resultados”. **(Colaboraram Raquel Brandão e Rita Azevedo)**

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 20/02/2020****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: Menor preço derruba lucro da Gerdau**

Os preços mais fracos da tonelada do aço no mercado internacional no quarto trimestre influenciaram os resultados da Gerdau no período. O lucro líquido da companhia caiu 73,8% para R\$ 102 milhões. Em 2019, a siderúrgica lucrou R\$ 1,21 bilhão, uma queda de 47,7%. A receita líquida ficou em R\$ 9,53 bilhões no trimestre, o que representou um recuo de 12,5% no comparativo com o mesmo período de 2018. Em todo ano passado, a siderúrgica faturou R\$ 39,64 bilhões, menos 14,1% ante ano anterior.

No Brasil, a operação teve desempenho melhor no trimestre. A receita líquida alcançou R\$ 4 bilhões, uma alta de 2,8% trimestre. No ano, o desempenho da divisão chegou a R\$ 16,12 bilhões, aumento de 2,4% em relação a 2018. As vendas de aço no país cresceram 14% para 1,5 milhão de tonelada no quarto trimestre e 1,3% em todo o ano de 2019, chegando a 5,6 milhões de toneladas.

Operacionalmente, a empresa registrou lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 1,1 bilhão, recuo de 2,6%. Em todo o ano, a Gerdau obteve um Ebitda de R\$ 5,25 bilhões, decréscimo de 11,5%, em todas as suas operações.

Considerando o Brasil, produziu 1,43 milhão de toneladas no trimestre e 5,56 milhões de toneladas em 2019, queda de 1% e 4,8%, respectivamente. A produção total da siderúrgica, segundo o balanço, foi de 12,45 milhões de toneladas, queda de 18,8% em todo ano passado. Já as vendas caíram 17% para 12 milhões de toneladas. O menor volume se deve também a venda de ativos nos EUA no fim de 2018.

No mercado brasileiro, o bom desempenho, segundo o presidente, Gustavo Werneck, se deveu à recuperação da atividade em setores importantes para a companhia, caso da construção civil. Com isso, disse, já surge espaço para reajuste de preços e composição de margens.

“A recomposição de preços é um movimento que estamos fazendo desde janeiro. Para equilibrar os nossos valores em relação ao prêmio do importado. Além disso, há uma tendência de aumento de matéria-prima, principalmente sucata”, disse Werneck, sem mencionar qual o percentual ideal de reajuste para a companhia.

Segundo o executivo, as vendas de chapas grossas para no Brasil cresceram 11% no trimestre, em relação ao mesmo período de 2018. A Gerdau atua principalmente com esse produto nos segmentos eólico, fabricação de embarcações, máquinas e equipamentos e óleo e gás. “A expectativa para esses mercados é positiva, principalmente, pela queda nos estoques e a demanda aquecida que deve continuar no ano”, disse.

Sobre aços longos, Werneck afirmou que há dados que reforçam a recuperação da demanda desse produto no final do ano passado. Segundo ele, os lançamentos de imóveis residenciais devem avançar para além das grandes capitais do país. “Em outras regiões, o volume de novos empreendimentos deve crescer 3%. É um sinal concreto de recuperação da construção civil. Isso impacta diretamente nossas operações no Brasil”, afirmou.

A seu ver, os reajustes de preços que a Gerdau anunciou no início do ano devem se materializar neste trimestre. A expectativa é que o consumo aparente no Brasil deverá crescer de 5% a 8% neste ano. Em 2019, a demanda brasileira por aço caiu 3,7%.

Na América do Norte, a expectativa é de melhora nas margens. Segundo ele, a demanda por aço nos Estados Unidos continua forte neste início de ano. “A nossa carteira de pedidos está 10% maior, com volumes bem consistentes. Estamos recuperando o spread nesse início do ano”, disse.

A receita líquida na operação foi de R\$ 3,37 bilhões no quarto trimestre o que representou queda de 22% no comparativo com o mesmo período de 2018. Em todo o ano passado, a receita da divisão foi de R\$ 14,65 bilhões, um recuo de 26,5% em relação a 2018. “A receita líquida e o custo das vendas tiveram queda no quarto trimestre em relação ao mesmo período de 2018, devido aos desinvestimentos na operação, além da redução de preços no período”, informou a companhia.

A produção de aço bruto nas usinas da região caíram 10,7% para 1 milhão de toneladas no trimestre. No ano, foi de 28,5%, com 4,6 milhões de toneladas de aço bruto. Já as vendas recuaram 12,4% para 1 milhão de tonelada no período. Em todo ano passado, a divisão da América do Norte vendeu 4,27 milhões de toneladas, menos 29,7%. Isso não considera aços especiais.

“A queda na produção e vendas no quarto trimestre ocorreu em virtude da desconsolidação dos ativos de vergalhão a partir de novembro de 2018. Expurgando os efeitos dos desinvestimentos, as vendas teriam crescido 4%.

A empresa informou que a alavancagem financeira medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda atingiu o menor índice no trimestre, desde 2011, de 1,67

vez. “Registramos a menor dívida líquida, de R\$ 9,8 bilhões, dos últimos nove anos, reflexo dos nossos esforços em reduzir nossa alavancagem financeira e da forte geração de fluxo de caixa livre, disse o diretor financeiro Harley Scardoelli. O fluxo de caixa livre alcançou R\$ 2,3 bilhões, apontado como o segundo melhor trimestre da história.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: FERNANDA NUNES, CRISTIAN FAVARO, DENISE LUNA E WAGNER GOMES-Rio**

**Título: Petrobrás lucra R\$ 40,1 bi, valor recorde**

Venda de ativos no valor de R\$ 71 bilhões turbinou resultado da estatal, porém o endividamento da companhia subiu e foi a R\$ 343 bi

Com a venda de ativos e o crescimento da produção, a Petrobrás fechou o ano de 2019 com lucro recorde, de R\$ 40,1 bilhões. O bom resultado reflete o novo momento da empresa, agora mais concentrada no petróleo do pré-sal, que, entre as demais regiões produtoras, oferece mais rentabilidade ao seu caixa. Ao mesmo tempo, a companhia encolheu ao se desfazer de subsidiárias de outros segmentos de negócio, como do controle da BR Distribuidora, da rede de gasodutos da TAG e da distribuidora de gás de cozinha Liquigás.

“Não se trata de discutir se a Petrobrás será maior ou menor no futuro. Nossa meta é que no futuro seja muito melhor”, destacou o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, em carta de apresentação do resultado ao mercado. Segundo ele, os desinvestimentos foram fundamentais para ajudar a viabilizar o foco nos ativos que, em sua opinião, são naturalmente da empresa.

O conjunto de ativos vendidos no ano passado rendeu US\$ 16,3 bilhões à companhia, valor que convertido ao real de ontem equivale a R\$ 71 bilhões. Apesar de contar com mais dinheiro, a empresa também ficou mais endividada. O compromisso com credores subiu para US\$ 78,86 (R\$ 343 bilhões) e, consequentemente, tornou mais distante a meta financeira de chegar ao fim do ano com um patamar de endividamento equivalente a uma vez e meia a sua geração de caixa.

Pré-sal. Isso aconteceu porque em 2019 a empresa teve um elevado gasto com a compra de áreas do pré-sal, conhecidas como excedentes da cessão onerosa. No leilão, em que saiu como a grande vencedora, a estatal se comprometeu com o pagamento de bônus de assinatura bilionários à União o que consumiu boa parte do dinheiro que entrou com a venda de ativos. Um dos principais

blocos adquiridos no leilão foi o de Búzios, na Bacia de Santos, considerado a grande promessa do reservatório brasileiro. A avaliação da Petrobrás é que esse é um ativo de primeira linha, de baixo risco e custo de extração.

“Estamos num negócio com horizonte de longo prazo, em que temos os desafios de mitigar os efeitos negativos dos muitos erros cometidos no passado, cuidar do curto prazo e nos prepararmos para as próximas décadas”, disse Castello Branco. Em 2019, a estatal superou a marca de produção de 3 milhões de barris de petróleo e gás natural por dia (boe/d).

Grande parte desse volume saiu do pré-sal, principalmente, do campo de Lula, na Bacia de Santos, no litoral do Rio de Janeiro. Isso aconteceu porque a empresa conseguiu colocar em operação num curto período de tempo oito plataformas que há anos estavam em construção. Em contrapartida, a Petrobrás sofreu influências negativas do desaquecimento da economia no ano passado e da competição com importadores. Com isso, a venda de derivados de petróleo caiu e, como consequência, a receita da empresa retraiu 2,58%, para R\$ 302,24 bilhões. O principal baque foi sentido no mercado de gasolina, que encolheu 9,4% com a presença de concorrentes.

Ainda assim, a gasolina continua a ser o segundo produto mais importante no portfólio da companhia. Em primeiro lugar está o óleo diesel, responsável por 48% da receita com a venda de derivados de petróleo. “A Petrobrás vem crescendo significativamente a participação das exportações no total da sua receita. De 2018 a 2019, a participação das exportações na receita subiu de 18,1% para 23,8%, enquanto as receitas com a venda de derivados caiu para 61,1%”, avaliou o economista e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Rodrigo Leão.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** F.N. Rio

**Título:** Petroleiros suspendem greve para participar de negociações

Interrupção temporária da paralisação, que completa hoje 19 dias, foi exigência do Tribunal Superior do Trabalho

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus 13 sindicatos filiados vão indicar aos funcionários da Petrobrás, em assembleias hoje, que suspendam a greve iniciada no dia primeiro deste mês. Se a indicação for aprovada, as entidades vão poder participar, na manhã de sexta-feira, da mediação com a direção da Petrobrás proposta pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives

Gandra. A decisão se os empregados vão ou não retornar ao trabalho deve ser tomada na tarde de hoje, quando os sindicatos, em cada uma das suas bases de atuação, vão submeter a proposta do conselho da federação aos petroleiros.

A ideia de reunir grevistas e a equipe de recursos humanos para nova rodada de negociação partiu do ministro Gandra na terça-feira, após receber representantes dos sindicatos, acompanhados de parlamentares que apoiam a causa da FUP, como a presidente do PT e deputada federal, Gleise Hoffmann, e a deputada federal Jandira Feghali (PC do B-RJ). No fim do dia, o ministro liberou despacho convocando as duas partes para um encontro em seu gabinete, amanhã. Mas condicionou a mediação ao fim da paralisação, que hoje completou 19 dias, a maior desde 1995.

“Se não tivermos avanços nessa mediação, nós retomaremos essa greve histórica da categoria em defesa dos nossos direitos, dos nossos empregos, e da Petrobrás que tanto amamos”, afirmou Deyvid Bacelar, diretor da FUP, em vídeo distribuído nas redes sociais da entidade sindical. A greve dos petroleiros foi motivada, principalmente, pela demissão de 396 empregados diretos e 600 indiretos da Araucária Nitrogenados (Ansa), no Paraná. No dia 14 de janeiro, a Petrobrás anunciou o fechamento da fábrica de fertilizantes e o desligamento dos funcionários, que começaram a acontecer após um mês do comunicado.

Demissões. No início deste mês, a FUP convocou os petroleiros a cruzar os braços em protesto às demissões e conseguiu a adesão de cerca de 21 mil trabalhadores da Petrobrás em 13 Estados. Segundo a entidade, ao deixar cerca de mil pessoas desempregadas, a estatal descumpriu acordo coletivo que exige uma negociação prévia com as lideranças sindicais. A empresa responde que teve essa conversa com o sindicato local, representante dos funcionários da Ansa, o Sindiquímica-PR.

Os funcionários já tinham conseguido que a Petrobrás suspendesse até o início de março as demissões. A determinação partiu no início desta semana do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Mas, em comunicado, a estatal informou que está disposta a rever o plano de benefícios proposto aos empregados desligados. Não faz menção, porém, a uma possível desistência das demissões.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** F.N. e D.A. Rio

**Título:** Produção de petróleo atinge recorde diário de 4 milhões de barris

Resultado é 21% maior ante o produzido no mesmo período do ano passado com destaque para o pré-sal

A produção de petróleo e gás no Brasil foi recorde em janeiro, segundo estatística da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram extraídos 4 milhões de barris de óleo equivalente (boe/d), um crescimento de 21% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Como tem acontecido sucessivamente, mais uma vez o destaque foi o pré-sal, que já responde por 66,37% do desempenho do País. O campo de Lula, localizado no litoral do Rio de Janeiro, é o maior produtor. A área é operada pela Petrobrás, que continua liderando o mercado, ainda mais depois que conseguiu colocar em operação um conjunto de plataformas que estavam sendo construídas. Nos últimos dois anos, foram instalados oito novos sistemas de produção.

“Os resultados positivos da produção de petróleo e gás são, portanto, o resultado de decisões de investimento iniciados em períodos anteriores que requerem um elevado montante de recursos e que, após a produção, vão trazer retornos e geração de caixa por longos períodos”, avaliou o economista e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) Rodrigo Leão.

Ele acrescenta que, ao mesmo tempo que a produção de petróleo cresce, o seu processamento nas refinarias da estatal se mantém estável. O resultado é que o petróleo, que poderia ser utilizado como matéria-prima para a fabricação de combustíveis, está sendo cada vez mais exportado. Ao divulgar estatísticas de produção no Brasil, a ANP informou também que, em janeiro, foram extraídos 3,17 milhões de barris por dia (bpd) de petróleo, um crescimento de 20% em um ano. Apenas nas áreas de exploração do pré-sal, foram produzidos 2,682 milhões de barris diários nesse mesmo período. Enquanto a produção de gás natural, de 139 milhões de m<sup>3</sup>/dia, avançou 22,6%.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Notas e Informações

**Autor:**

**Título:** Mediação de uma ilegalidade

Há poucos dias, o ministro Ives Gandra Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), declarou ilegal a greve dos petroleiros iniciada no dia 1.º deste mês. No entender do ministro, a paralisação, liderada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), “tem motivações políticas e desrespeita ostensivamente a lei de greve e as ordens judiciais de atendimento às necessidades inadiáveis da população em seus percentuais mínimos de manutenção de trabalhadores em



atividade” (90%). O ministro Ives Gandra Filho autorizou a Petrobrás a aplicar “eventuais sanções disciplinares” – inclusive a demissão de grevistas – e fixou o pagamento de multas diárias que variam de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil a todos os sindicatos envolvidos na greve.

Sob quaisquer ângulos que se analise esta paralisação, o que se tem é uma completa desmoralização da greve como justo instrumento de que dispõem os trabalhadores para fazer valer os seus interesses. Neste episódio, igualmente desmoralizada ficou a Justiça do Trabalho. Parte dos petroleiros – a FUP afirma que são 15 mil, cerca de 80% dos 18,5 mil trabalhadores federados – decidiu cruzar os braços após a Petrobrás anunciar a decisão de fechar a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), localizada no município de Araucária. A empresa tem registrado sucessivos prejuízos, razão para o anúncio de seu fechamento, há pouco mais de um mês.

O encerramento das atividades da Fafen no Paraná causará a demissão de 396 funcionários diretos e 600 indiretos, aproximadamente. É compreensível o drama das famílias afetadas pelo fechamento da fábrica. No entanto, não é razoável esperar que uma empresa defina sua estratégia de negócios e tome ou deixe de tomar decisões em linha com essa estratégia, por mais duras que sejam, movida pelo sentimento de empatia por aqueles que serão diretamente afetados por aquelas decisões. Frise-se que a Fafen-PR é deficitária há alguns anos e, sendo a Petrobrás uma empresa de economia mista, sua renitente operação deficitária cobra a conta de um número muito maior de cidadãos do que os que estão diretamente ligados à empresa.

Inadmissível seria a Petrobrás desrespeitar os funcionários da Fafen-PR, ignorar seus direitos e praticar outros atos em desacordo com as leis. Mas, a julgar pela decisão do ministro Ives Gandra Filho, não parece haver desrespeito e tampouco ilegalidades no que concerne ao fechamento da empresa paranaense. Sob o ponto de vista estritamente pragmático, a paralisação produziu um efeito que, a bem da verdade, se volta contra os próprios petroleiros. Não há qualquer indicador de que nestas três semanas de greve tenha havido queda na produção petrolífera ou problemas na distribuição de derivados. Em entrevista ao Estado, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, afirmou que “nenhum barril de petróleo deixou de ser produzido nem refinado” no período de greve dos petroleiros.

A FUP recorreu da decisão do ministro Ives Gandra Filho. Mais do que isso: a FUP ignorou uma decisão do TST e manteve a greve enquanto seu recurso era julgado pela desembargadora Rosalie Michael Bacila, do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região. A magistrada determinou a suspensão das demissões na Fafen-PR até que a Petrobrás e os representantes dos petroleiros cheguem a um acordo. Não só a decisão da magistrada desrespeita a determinação de

instância superior, como põe o Poder Judiciário como mediador de um acordo a respeito de uma greve já declarada ilegal pela própria Justiça do Trabalho. O próprio ministro Ives Gandra Filho se dispôs a intermediar as conversas, marcando audiência em seu gabinete entre a Petrobrás e a FUP a fim de tratar da paralisação que ele declarou ser ilegal. As esquisitices do Poder Judiciário são menos raras do que o desejável, mas a mediação de uma ilegalidade é novidade.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** AMANDA PUPO

**Título:** STF suspende julgamento de plano de investimento

Com placar empatado, em 4 a 4, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal sobre decreto que facilita o plano de desinvestimentos da Petrobrás foi suspenso ontem pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli. A interrupção se deu pela ausência dos ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Toffoli ainda não votou. Ao 'Estadão/Broadcast', Toffoli afirmou que o processo volta à pauta após o retorno do decano Celso de Mello, que está de licença médica até 19 de março.

O julgamento começou com o relator, ministro Marco Aurélio Mello, que votou para derrubar o decreto, editado em 2018 ainda durante o governo Temer. Para ele, a norma é inconstitucional por dispensar a licitação no processo da cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo pela Petrobrás. A posição de Marco Aurélio foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Já o ministro Alexandre de Moraes foi o primeiro a discordar do relator. O ministro afirmou que a legislação permite, desde 1997, situações excepcionais que dispensem o processo licitatório tradicional. Também votaram dessa forma, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** Julia Lindner Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

**Título:** Pacote de concessões tem parques e florestas

PPI 'verde' tem 22 projetos e busca atrair investidor que ainda não entrou no País

A agenda das concessões de infraestrutura do governo está mais “verde”. Criticado dentro e fora do País pela condução de temas ligados à área do meio ambiente, o governo anunciou ontem um pacote de projetos que pretende repassar à iniciativa privada, todos eles com um pé na temática ambiental. No pacote de 22 novos projetos incluídos no programa, estão as concessões do Parque Nacional de Canelas (RS) e da Floresta Nacional de São Francisco de Paula (RS). A oferta das unidades de conservação têm o leilão previsto para o quarto trimestre deste ano, mas o modelo de disputa ainda não foi definido. A secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, disse que o governo quer “trazer a agenda da preservação” para o País.

“Queremos o PPI cada vez mais verde para mostrar ao mundo”, disse, após participar da reunião do conselho do PPI. Segundo ela, o governo tem buscado formas de levar uma agenda de sustentabilidade ao exterior, com o objetivo de atrair investidores que ainda não entraram no Brasil. A questão da sustentabilidade, de acordo com Martha, é “uma pergunta que sempre surge” nas conversas com estrangeiros. “Estamos cada vez mais de mãos dadas com o Ministério do Meio Ambiente”, afirmou. A secretária de apoio ao licenciamento ambiental e à desapropriação da Secretaria Especial do PPI do Ministério da Economia, Rose Hofmann, disse que as concessões de parques nacionais e florestas não têm objetivo arrecadatório, e sim de garantir exploração do turismo e proteção ambiental. “As florestas do Rio Grande do Sul serão concedidas em uma modalidade para explorar capacidade turística, além da proteção ambiental. Já as florestas do Amazonas serão concedidas para o manejo florestal, com exploração dos recursos da floresta de forma direta em bases sustentáveis”, afirmou.

Lavra mineral. Outras áreas já entraram nos planos de concessão, como a Floresta de Humaitá (AM), a Floresta de Iquiri (AM) e a Floresta de Castanho (AM). O leilão da primeira está previsto já para 2020 e das outras duas, para 2021. A inclusão no PPI prevê a disponibilização de áreas para pesquisa e lavra mineral, incluindo todos os direitos minerários em mais de 20 mil áreas. Segundo Rose, o pacote não inclui áreas em terras indígenas, porque ainda não há lei que regule essa atividade. O pacote de novas concessões anunciado ontem inclui ainda um conjunto de trechos de rodovias federais e terminais portuários. Está prevista a relicitação da BR-040, nos 941,7 quilômetros que ligam Brasília a Juiz de Fora (MG).

O investimento previsto é de R\$ 7,4 bilhões e o leilão do trecho deve ocorrer em setembro de 2021. Na área portuária, serão oferecidos terminais localizados em Aratu-Candeias (BA), Santana (AP), Maceió (AL), Paranaguá (PR) e Vila do Conde (PA). Os projetos anunciados também incluíram empreendimentos de geração e de transmissão de energia. A oferta desses projetos de energia pelo PPI, no entanto, acaba por ter apenas um efeito publicitário para o governo, já que o

setor elétrico possui um calendário próprio sobre os leilões que realiza todos os anos.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** Com venda de ativos, Petrobras tem ganho recorde de R\$ 40,1 bi

Aumento de 55,7% no lucro é influenciado pela receita com a fatia negociada da BR Distribuidora e gasodutos

Rio de Janeiro Com ajuda da venda de ativos como gasodutos e fatia na BR Distribuidora, a Petrobras fechou 2019 com lucro recorde de R\$ 40,1 bilhões, crescimento de 55,7% com relação ao resultado de 2018. O recorde anterior era de 2010, quando a empresa lucrou R\$ 35,2 bilhões.

O resultado de 2019 foi obtido mesmo em meio a perda de receita da ordem de 2,6% com a queda das cotações internacionais do petróleo e a menor venda de derivados, principalmente gasolina e nafta. Desconsiderando os efeitos extraordinários, o lucro da empresa seria R\$36,9 bilhões, em linha com o indicador do ano anterior.

Em 2019, a estatal contabilizou a venda da TAG (Transportadora Associada de Gás) e uma segunda operação de venda de ações da BR Distribuidora. Somando todos os ativos vendidos, a receita com desinvestimentos no ano foi de US\$ 16,3 bilhões (R\$ 67,1 bilhões, ao dólar médio de venda considerado pela empresa).

No balanço, o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, disse que os desinvestimentos foram fundamentais para “ajudar a viabilizar o foco nos ativos em que somos o dono natural”. Segundo ele, com os recursos, a companhia conseguiu investir em novas áreas exploratórias do pré-sal.

A venda de ativos, porém, é foco de uma greve de petroleiros que já dura 19 dias e se transformou em batalha judicial entre a companhia e os sindicatos. No balanço divulgado nesta quarta (19), a companhia não faz menção ao movimento.

Castello Branco, porém, defende a venda de ativos: “Não se trata de discutir se a Petrobras será maior ou menor no futuro. Nossa meta é que o futuro seja muito melhor, a melhor em geração de valor do mundo”, escreveu o presidente da companhia.

Em 2019, a Petrobras bateu recorde também de produção de petróleo e gás, ultrapassando no quarto trimestre a marca dos 3 milhões de barris de óleo equivalente por dia pela primeira vez. Mas o aumento nas exportações de petróleo foi compensado negativamente pela queda das cotações internacionais.

A receita ficou em R\$ 302,2 bilhões, e o Ebitda (indicador de geração de caixa), em R\$ 129,2 bilhões, 12,5% a mais do que o verificado em 2018. A dívida bruta foi reduzida a R\$ 255,7 bilhões, queda de 7,3% com relação ao registrado no fim do terceiro trimestre —sem considerar valores de aluguel de equipamentos.

Com maior produção de petróleo, a área de exploração e produção da companhia teve lucro de R\$ 49,9 bilhões, 12,9% a mais do que no ano anterior. Já a área de refino, responsável pela venda de combustíveis teve lucro de R\$ 3,9 bilhões, queda de 53,1%, segundo a empresa, por efeitos de estoques e baixas em valor de ativos.

No balanço, a Petrobras voltou a contabilizar perdas com a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, projeto investigado pela Operação Lava Jato. Desta vez, baixou o valor do projeto em R\$ 2,2 bilhões, pela postergação do início das operações da fase dois do projeto.

A refinaria é uma das oito que a companhia colocou à venda em 2019, medida que acirrou a disposição dos petroleiros para a greve. Até o momento, porém, nenhuma operação foi concluída. A Petrobras pretende manter apenas as refinarias do Rio e de São Paulo.

Em 2019, a Petrobras investiu US\$ 27,4 bilhões (R\$ 112,9 bilhões, considerando o dólar médio usado no balanço). Deste total, US\$ 16,7 bilhões (R\$ 68,8 bilhões) foram usados para a aquisição de áreas exploratórias —em parceria com chinesas, a estatal fez as únicas propostas no megaleilão do pré-sal realizado pelo governo.

Parte dos bônus de assinatura das áreas foram pagos com recursos de caixa, o que contribuiu para que a dívida líquida da companhia subisse 3,2% em 2019, interrompendo trajetória de queda, e chegasse a R\$ 222,4 bilhões, sem considerar os aluguéis de equipamentos.

No quarto trimestre, a Petrobras teve lucro de R\$ 8,1 bilhões, 287,87% a mais do que no mesmo período do ano anterior, quando a empresa contabilizou perdas de R\$ 6,3 bilhões com o pagamento de acordo sobre royalties com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O resultado dos últimos três meses de 2019 foi impactado também pelos maiores preços de venda de combustíveis no país, disse a companhia. No início

de 2020, com a queda das cotações internacionais, porém, a estatal fez quatro cortes nos preços da gasolina e do diesel.

Nesta quarta, anunciou o primeiro aumento da gasolina do ano, de 3%, que começa a vigorar nesta quinta-feira (20). O ajuste, de R\$ 0,05 por litro, acompanha recuperação das cotações do petróleo e a desvalorização do real frente ao dólar.

Ocorre logo após briga entre Bolsonaro e os governadores a respeito dos impostos cobrados sobre os preços dos combustíveis. Para especialistas, porém, é insuficiente para eliminar a defasagem em relação à cotação internacional da gasolina.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Petroleiros decidem votar suspensão da greve nesta quinta

Em reunião nesta quarta (19), a FUP (Federação Única dos Petroleiros) decidiu propor à categoria interrupção provisória da greve para negociação com a Petrobras no TST (Tribunal Superior do Trabalho). A decisão, porém, terá que ser confirmada em assembleias nos estados.

A greve completou 19 dias nesta quarta. Segundo a FUP, cerca de 21 mil empregados aderiram ao movimento, com mobilizações em 121 unidades operacionais da companhia. A paralisação ganhou força nos últimos dias com apoio de partidos de oposição e outras categorias.

A suspensão será votada porque na terça (18), o TRT (Tribunal Regional do Trabalho do Paraná) suspendeu as demissões da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados, principal demanda da categoria, até audiência de conciliação no dia 9 de março.

A Petrobras afirmou nesta quinta, porém, que a demissão está mantida e as negociações se referem ao pacote de benefícios, segundo a estatal. O anúncio das demissões detonou a maior greve dos petroleiros desde 1995, quando a categoria ficou 32 dias parada.

Ao anunciar a decisão, o coordenador da FUP José Maria Rangel, disse que o “movimento que já é histórico só por existir resistir na atual conjuntura do país” e determinou a realização de assembleias até às 15h desta quinta (20). A reunião de mediação com o TST está agendada para sexta (21), mas é condicionada à suspensão da greve.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Data:** 20/02/2020**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Vista grossa

Comissão de Ética toma decisão camarada no caso do secretário de Comunicação Social do Planalto

A decisão da Comissão de Ética Pública da Presidência de arquivar sem nem mesmo investigar o caso que envolve Fabio Wajngarten, chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), revela muito sobre a atual Presidência e pouco sobre ética.

Como revelou a Folha em janeiro, Wajngarten é o sócio majoritário da empresa FW Comunicação, condição pela qual recebe pagamentos de TVs e de agências de publicidade contratadas pelo órgão que comanda. Não se necessita de maior imaginação para perceber que há aí um conflito de interesses.

O próprio Wajngarten parece ter percebido esse fato singelo, uma vez que, quando foi para o governo no início do ano passado, omitiu dos formulários da comissão seus vínculos com a FW.

E não é que Wajngarten fosse um sócio menor na firma —algo comparável ao técnico que tem algumas ações da Petrobras e vai para um cargo no **Ministério de Minas e Energia**. O secretário de comunicação detém nada menos que 95% das cotas da empresa, enquanto os 5% restantes pertencem a sua mãe.

Desde que assumiu o posto, o auxiliar do Planalto participou de pelo menos 67 reuniões com representantes de clientes e ex-clientes de sua empresa. Parte desses encontros exigiu viagens, algumas das quais pagas pelo poder público. Não obstante, pelo placar de 4 votos a 2, a maioria dos membros da comissão concluiu que o simples fato de o secretário ter-se afastado da gestão da empresa já bastava para eliminar o conflito de interesses —não importando que ele continue a auferir lucros com a firma.

O colegiado também desconsiderou outros aspectos delicados do episódio. Em seu lugar à frente da FW Comunicação, Wajngarten colocou o empresário Fabio Liberman, irmão de Samy Liberman —este, ninguém menos que o número dois da Secom.

As relações familiares não se encerram aí. Quando confrontado com a inadequação de todo esse arranjo, Wajngarten sugeriu solucionar o problema transferindo suas cotas na empresa para a mulher. A manobra nem foi necessária, dada a camaradagem da comissão.



Exceto pela omissão em documento oficial, não se pode afirmar que o secretário cometeu ilícitos. Essa hipótese existe e é investigada pela Polícia Federal, que abriu um inquérito sobre o caso.

A Comissão de Ética, porém, não deve zelar apenas pelo cumprimento da lei e de regulamentações mas também, como ensina o próprio site da comissão, deve “inspirar o respeito no serviço público e promover a ética na administração pública”. Com a decisão de terça (18), ela fez o contrário.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: RAMONA ORDONEZ E CÁSSIA ALMEIDA**

**Título: Petrobras mantém demissões, estopim da greve**

Após Tribunal Regional do Trabalho do Paraná suspender temporariamente desligamento de 396 empregados de fábrica de fertilizantes, estatal reiterou o plano que desencadeou a paralisação, que chega hoje ao 20º dia

A Petrobras indicou ontem que não pretende negociar a suspensão do plano de fechar a fábrica de fertilizantes paranaense Ansa, também chamada de Fafen-PR, e demitir os 396 funcionários. A decisão é o principal motivo alegado pelos petroleiros para desencadear a greve da categoria em 1º de fevereiro. Sindicatos da Federação Única dos Petroleiros (FUP) pedem que a Petrobras desista das demissões.

Na terça-feira, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná suspendeu os desligamentos até a realização de uma audiência de conciliação entre a Petrobras e o Sindiquímica-PR, marcada para 6 de março. A estatal, no entanto, divulgou nota ontem afirmando que, na audiência, só serão discutidas “as condições do pacote de benefícios para os desligamentos dos seus 396 empregados dentro do cronograma de hibernação previsto.” Além das verbas rescisórias legais, o pacote inclui indenizações suplementares de até R\$ 210 mil, manutenção de assistência médica e auxílio educacional por dois anos e assessoria para recolocação profissional. A Petrobras lembrou ainda que a fábrica, que acumula prejuízos de R\$ 2 bilhões, já está com operações paralisadas.

#### GANDRA APONTA ABUSO

Até a noite de ontem a FUP não havia decidido se suspenderia a greve, que completou ontem 19 dias, como pediu o TRT em contrapartida.

Provocado pela Petrobras, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra declarou a greve abusiva na segunda-feira e liberou a adoção de “sanções disciplinares” em decisão liminar. A FUP recorreu e classificou as ações da Petrobras na Justiça como “tentativas de intimidação”.

Gandra abriu a possibilidade de nova rodada de mediação no TST entre petroleiros e estatal até amanhã, mas condicionada à suspensão da greve.

A FUP argumenta que a Petrobras foi a primeira a descumprir o acordo coletivo da categoria ao anunciar a demissão de um grupo de trabalhadores sem negociação prévia com os sindicatos. A estatal alega que os funcionários são anteriores à aquisição da fábrica, em 2013, e portanto não poderiam ser reaproveitados em outras de suas unidades.

Ao tomar posse ontem como nova presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a ministra Maria Cristina Peduzzi afirmou que a Justiça trabalhista deve evitar a “tentação do ativismo”. Sobre a greve dos petroleiros, foi evasiva. Disse apenas que a questão ainda está sob análise e é um “belo exemplo de atuação da Justiça do Trabalho para promover a pacificação social”!

Para a advogada Daniele Gabrich Gueiros, conselheira da OAB-RJ e professora da PUC-Rio e da UFRJ, a decisão de Gandra de considerar a greve abusiva, por meio de liminar, sem ouvir os sindicatos, é surpreendente, já que ele tem se mostrado entusiasta da mediação de conflitos no TST.

A desembargadora aposentada e professora da Unicamp Magda Biavaschi avalia que somente o colegiado de ministros da Seção de Dissídios Coletivos poderia proferir uma decisão de mérito como essa. Ela acredita que a decisão de Gandra deve ser cassada no julgamento do colegiado, marcado para o dia 9 de março.

Para Aline Fidelis, sócia da área trabalhista do escritório Tauil & Chequer Advogados, a decisão de Gandra tem o respaldo do Supremo Tribunal Federal (STF), referindo-se à liminar do presidente da Corte, Dias Toffoli, que permitiu decisões monocráticas do gênero na Justiça do Trabalho.

Gasolina sobe nas refinarias pela 1ª vez no ano

> A Petrobras aumenta hoje os preços da gasolina em 3%, em média. É a primeira alta nas refinarias e bases da estatal neste ano. Desde janeiro, a companhia havia feito quatro reduções nos preços. O aumento será, em média, de R\$ 0,051 por litro. O preço do diesel não terá alteração.

> A política de reajustes da Petrobras define o preço dos combustíveis de acordo com a cotação internacional do petróleo e o câmbio, entre outros

fatores. No ano, o preço do barril acumula queda de 11,5%, mas na última semana subiu 5,2%. A commodity oscila, e o dólar está em alta, devido às tensões nos mercados com a epidemia de coronavírus na China.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: MANOEL VENTURA**

**Título: Mattar confirma decreto para acelerar as privatizações**

Secretário afirma que governo desistiu de adotar 'fast track' para projetos

BRASÍLIA- O secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, confirmou ontem que o governo prepara um decreto para acelerar privatizações, como antecipou O GLOBO. O secretário afirmou também que o governo desistiu de encaminhar fast track (via rápida) para a venda de empresas federais ao Congresso Nacional, para evitar desgaste político.

— Nós desistimos do fast track. Vamos fazer um decreto de governança para que a gente possa fazer uma avaliação das empresas estatais — afirmou.

— É desnecessário queimar capital político.

Para ele, tudo será mais rápido a partir de agora, pois o Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) foi transferido da Casa Civil para o Ministério da Economia. Mantida à frente do PPI, a secretária especial do programa, Martha Seillier, afirmou que o decreto irá inverter a lógica que hoje rege as privatizações do governo federal.

#### NOVA LÓGICA PARA DECISÕES

Ela explicou que, atualmente, os ministros aos quais as estatais estão ligadas precisam propor a privatização ao Conselho do Programa Nacional de Desestatização (PND). Agora, esses ministros precisam justificar por que essas mesmas empresas precisam ser mantidas públicas.

— Quando o secretário fala de um decreto que vai dar governança e velocidade, é porque a gente inverte um pouco a lógica. Hoje o ministério tem que trazer uma empresa para o Conselho e dizer: “acho que vale a pena desestatizar essa empresa por tais e tais motivos”. O que o Ministério da Economia está propondo é que os ministros levem para o conselho a lista de estatais, justificando todas aquelas que não serão desestatizadas — afirmou.

O decreto irá prever uma avaliação bianual para as estatais dependentes do Tesouro Nacional e uma análise feita a cada quatro anos para as empresas públicas que não dependem do governo para se manterem.

— Nós vamos rever o portfólio das empresas. Com isso, vamos melhorar o padrão de governança — disse Salim Mattar, afirmando que a prioridade deste ano é a privatização da Eletrobras.

Já a secretária afirmou que a lei que criou o PND já autoriza a privatização de um conjunto de empresas. As exceções são Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, cuja privatização é vedada pela legislação atual do PND. Por isso, nesse casos, é necessário passar pelo Congresso.

— A lei foi enfática em dizer que exceto Petrobras, exceto Banco do Brasil, e outras empresas especificadas, as demais já têm uma autorização legislativa, mas têm que seguir um rito dentro do Executivo, que limita a aprovação pelo conselho de ministros, precisa de autorização do presidente da República por decreto — disse a secretária.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ**

**Título: Maior ganho da história**

Petrobras tem lucro de R\$ 40,137 bi em 2019

Embalada pela venda de ativos e pelo aumento da produção, a Petrobras registrou em 2019 o maior lucro de sua história: R\$ 40,137 bilhões, uma alta de 55,7% em relação ao ano anterior. O desempenho ganhou fôlego com o salto nos ganhos do quarto trimestre, que avançaram 287,8% na comparação com igual período de 2018, para R\$ 8,1 bilhões. Os resultados foram divulgados no momento em que a companhia enfrenta uma greve de petroleiros que chega hoje ao vigésimo dia e lida com um ambiente de cautela no mercado de commodities diante do avanço do coronavírus.

Segundo analistas, o desempenho reflete a receita de gestão adotada pela empresa, de concentrar esforços na exploração e produção, principalmente do pré-sal, e de se desfazer de ativos considerados não estratégicos ou que poderiam ser mais bem operados pelo setor privado, como refinarias, gasodutos e fábricas. No quarto trimestre, a produção de petróleo e gás chegou a 3,02 milhões de barris por dia.

— A estratégia de ampliar a participação de exploração em águas profundas (pré-sal) e de vender ativos foi determinante para esta melhora. Podemos considerar o desempenho excelente, já que o preço do petróleo mostrou queda nos últimos meses — ressaltou Pedro Galdi, analista da Mirae Asset.

Segundo dados da consultoria Económica, o melhor resultado anual da Petrobras até então havia sido registrado em 2010, com R\$ 35,2 bilhões. A companhia acumula agora o segundo ano seguido de ganhos após quatro anos de perdas na esteira dos escândalos de corrupção revelados pela Lava-Jato e do represamento dos preços de combustíveis praticado anteriormente.

Segundo a Petrobras, o lucro recorde foi motivado por ganhos de US\$ 16,3 bilhões com a venda de fatia da BR Distribuidora na Bolsa, da rede de gasodutos TAG e de campos de petróleo. Estas receitas compensaram as maiores despesas financeiras com gerenciamento de dívidas, além de baixas contábeis de R\$ 9,1 bilhões e o menor preço do barril de petróleo. O valor médio do Brent passou de US\$ 71 por barril em 2018 para US\$ 64 no ano passado.

Em carta a acionistas, Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, amenizou a venda de ativos da companhia. “Não se trata de discutir se a Petrobras será maior ou menor no futuro. Nossa meta é que no futuro seja muito melhor, a melhor em geração de valor no mundo”. Ele destacou as duas ofertas públicas secundárias de ações ordinárias da Petrobras de propriedade de bancos públicos que totalizaram quase R\$ 30 bilhões. “Na última transação, de R\$ 22 bilhões, dois aspectos importantes, a condução com sucesso em meio à fase de alta volatilidade de preços de ações e petróleo provocada pelo choque do coronavírus sobre a economia global; e a participação de 55.000 investidores individuais brasileiros’.

#### UMA DAS MAIS ENDIVIDADAS

Castello Branco comemorou a redução dos custos de extração, de US\$ 3 por barril, chegando a um total de US\$ 6,5 por unidade no quarto trimestre. Já as operações especificamente no pré-sal têm custo da ordem de US\$ 3 por barril.

E, apesar do aumento de 27,6% nas exportações, a queda na cotação do barril reduziu a receita de vendas da empresa em 2,58% no ano passado, para R\$ 302,245 bilhões. Além disso, o pagamento do bônus do leilão do excedente da cessão onerosa aumentou a dívida líquida da companhia, que somou R\$ 317,867 bilhões no fim do ano passado, uma alta de 1,2% em relação ao fim do terceiro trimestre.

“A Petrobras continua a ser uma das companhias de petróleo mais endividadas do mundo, com dívida bruta de US\$ 87,1 bilhões, alavancagem acima do

recomendável para uma empresa de petróleo e custos elevados”, disse o presidente da empresa em nota.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

**Título:** Paralisação e coronavírus ameaçam estatal este ano

Para analistas, não há efeito imediato, mas movimento dos petroleiros e epidemia na China podem ter impacto ao longo de 2020

Depois do lucro recorde registrado em 2019, a Petrobras pode ter seu desempenho afetado neste ano pela greve dos petroleiros e pela epidemia do coronavírus na China, de acordo com analistas de mercado.

A estatal tem repetido que a greve não teve impacto significativo na sua produção de petróleo e de combustíveis. Para o analista da Mirae Asset, Pedro Galdi, o maior risco para os resultados da Petrobras neste ano está nas incertezas na economia mundial em função da epidemia que paralisa atividades econômicas na China e reduz a demanda do gigante asiático por commodities como o petróleo:

— A greve não deve afetar os resultados da companhia no primeiro trimestre do ano porque a produção não foi afetada. O que me preocupa mais é o efeito do coronavírus na economia, com a redução de consumo e a queda dos preços do petróleo.

Por enquanto, o mercado segue confiante. Com expectativas elevadas de lucro recorde em 2019, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras fecharam com alta de 1,97%, a R\$ 32,57. As preferenciais (PN, sem voto) avançaram 2,69%, a R\$ 30,55. O balanço foi divulgado após o fechamento da Bolsa.

A analista Sandra Peres, da Terra Investimentos, acredita que no primeiro trimestre deste ano o resultado da companhia não deverá ainda ser afetado pela greve dos petroleiros. Mas acredita que poderá haver reflexos ao longo do ano: — Tudo ainda é muito incerto, mas como a Petrobras tem garantido que a produção e refino não estão sendo afetados, acredito que o resultado do primeiro trimestre ainda não será afetado. Mas certamente ao longo do ano a greve terá impacto negativo nos resultados da companhia.

Sandra destacou ainda que foi importante o fato de a Petrobras ter reforçado os investimentos em novos sistemas de produção de óleo e gás, com sete plataformas nos campos do pré-sal já contratados.

Analistas apontaram como um ponto positivo para 2020 o forte programa de redução de custos da empresa. Em seu balanço, a estatal destacou os programas de demissão voluntária, que tiveram a adesão de 3.294 empregados até o fim de 2019. A empresa informou redução de 29,6% nas despesas operacionais, caindo de R\$ 58,1 bilhões para R\$ 40,9 bilhões entre 2018 e 2019.

Isso ajudou a empresa a alcançar alta de 12% em suas receitas operacionais, medida pelo Ebitda, para R\$ 129,2 bilhões. A remuneração aos acionistas sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio foi de R\$ 10,6 bilhões, equivalente a R\$ 0,73 por ação ordinária e R\$ 0,92 por preferencial.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 20/02/2020**

**Seção: Rio**

**Autor: LUIZ ERNESTO MAGALHÃES E SELMA SCHMIDT**

**Título: Conselho quer fim de isenção fiscal dada por Witzel**

Órgão ligado ao Ministério da Economia dá prazo de 30 dias ao estado para revogar decreto que beneficia usinas de energia termelétrica a gás. Com o incentivo, Rio abre mão de arrecadação de R\$ 600 milhões por ano

Um decreto que concede tratamento tributário especial a usinas de geração de energia termelétrica a gás, assinado pelo governador Wilson Witzel e publicado terça-feira no Diário Oficial do estado, foi condenado pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, que o classificou como uma “flagrante violação às regras” do acordo de socorro financeiro firmado entre o Rio e a União. Em representação encaminhada ontem a Witzel e aos secretários de Desenvolvimento Econômico e de Fazenda, Lucas Tristão e Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, respectivamente, o órgão destacou que a iniciativa não foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Além disso, alertou que, se o incentivo fiscal não for revogado, o estado terá 30 dias, a partir do recebimento do ofício, para informar como espera compensar a receita de R\$ 600 milhões por ano que planeja abrir mão com a concessão do benefício.

Pelo Decreto 46.944, que tem como objetivo atrair empresas de porte para o estado e impulsionar a exploração de campos do pré-sal, o estado zera, até 2032, uma alíquota de 12% do ICMS sobre a compra de gás, máquinas e equipamentos. O deputado federal Pedro Paulo (DEM) explica que o ato de



Witzel beneficia tanto empresas que querem se instalar no Rio quanto aquelas que desejam renovar seus parques industriais.

Segundo ele, a iniciativa vai na contramão de uma série de medidas de austeridade que o estado deve tomar. O Regime de Recuperação Fiscal estabelece, por exemplo, que o governo fluminense tem de reduzir em 10%, a cada ano, o montante de incentivos fiscais concedidos. No entanto, no último balanço do conselho que fiscaliza o cumprimento das exigências, há a indicação de que o Rio está R\$ 1,45 bilhão abaixo dessa meta.

— O Rio entrou no regime porque estava em uma situação financeira grave. É um paciente em recuperação numa UTI. Uma decisão dessas, que descumpra regras do ajuste e que foi tomada sem consulta ao Confaz, é muito ruim, ainda mais num momento em que o estado renegocia itens do acordo —disse Pedro Paulo.

Após o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal se manifestar sobre o caso, uma cerimônia de assinatura simbólica do decreto, marcada para as 10h de hoje, foi cancelada. Ninguém do governo do estado comentou o assunto. Por meio de assessores, Witzel e Rodrigues de Carvalho afirmaram que a resposta seria dada por Tristão. Procurado pelo GLOBO, ele também não se pronunciou.

#### ALERJ TENTA ANULAÇÃO

Ontem, o presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), André Ceciliano (PT), e o deputado estadual Luiz Paulo Correa da Rocha (PSDB) apresentaram um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos do ato do governador. A proposta deve ser votada hoje, em sessão extraordinária.

— Uma medida de renúncia fiscal não pode ser decidida por decreto. É preciso ser apresentada através de um projeto de lei. Nele, devem constar informações sobre o impacto econômico do decreto para o estado, assim como as formas de compensação da renúncia de receita. Isso, no entanto, não foi feito —afirmou Luiz Paulo.

Nos corredores da Assembleia Legislativa, há uma articulação para que o projeto de decreto legislativo seja aprovado. Isso porque, dizem deputados, a iniciativa do governo partiu de Tristão, que está com relações estremecidas com a Casa. Parlamentares o acusam de fazer grampios em seus telefones.

**VEÍCULO: Correio Braziliense****Data: 20/02/2020****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Privatização chega às florestas**

O plano do governo de Jair Bolsonaro de privatizar o máximo possível não poupa reservas naturais, parques e, agora, florestas. Na 12ª reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), realizada ontem, foram qualificadas 22 iniciativas entre concessões, leilões, privatizações e políticas públicas que serão tratadas como prioritárias. A novidade ficou por conta da inclusão de três florestas da região amazônica.

As áreas florestais de Humaitá, Iquiri e Castanho, todas no Amazonas, se somam à concessão de seis patrimônios naturais do país, quatro dos quais anunciados anteriormente — Lençóis Maranhenses, Jericoacoara, Foz do Iguaçu e Aparados da Serra. Ontem, o colegiado do PPI acrescentou à lista os parques nacionais de Canela e de São Francisco de Paula, ambos no Rio Grande do Sul.

Segundo a secretária especial do PPI, Martha Seillier, apesar de o Serviço Florestal Brasileiro trabalhar com essa agenda, a concessão de florestas ainda não tinha sido incluída como prioridade da Presidência da República. “Agora é. São três importantes florestas que queremos delegar à iniciativa privada para o manejo sustentável e, assim, reduzir queimadas, permitir mais controle e investimentos sustentáveis”, justificou.

O secretário de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente, André Germanos, explicou que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) continuará responsável pelas florestas. “O ICMBio não abre mão disso. As concessões permitirão que o órgão tenha um controle ainda mais efetivo naquilo que é essencial, seja na parte de visitação, seja na exploração de nativos naturais”, argumentou.

Martha destacou que a carteira do PPI está cada vez mais focada na questão da sustentabilidade e na proteção do meio ambiente. “A gente sabe que essa é uma preocupação tanto dentro quanto fora do Brasil. Entre investidores, essa é sempre uma pergunta que vem, por isso temos uma secretaria voltada somente para o cuidado com o meio ambiente”, afirmou a secretária.

## Edital

Para o governo, dos 468 mil hectares da floresta Humaitá, 310 mil podem ser destinados ao manejo empresarial. O edital deve ser publicado no segundo

trimestre deste ano, com leilão no último trimestre. O contrato de concessão é de 40 anos e o critério será o de reais por metros cúbicos (R\$/m³). Localizada no sul do Amazonas, no município de Humaitá, bacia do Rio Madeira, a floresta tem acesso rodoviário pela BR-230 e fluvial pelos Rios Machado e Preto até o Porto de Porto Velho.

O governo quer conceder 883 mil hectares do 1,47 milhão de hectares da floresta de Iquiri, também no sul do Amazonas, no município de Lábrea, próximo ao limite com Rondônia e Acre. A estimativa de produção anual é de 440 mil m3 de madeira em tora. Edital e leilão estão previstos para 2021. A concessão da floresta de Castanho tem 120 mil hectares de uma área de gleba de 165 mil hectares. A estimativa de produção anual é de 60 mil m3 de madeira em tora. Estudos e prazos do contrato ainda não foram definidos. Localizada ao sul do Amazonas, no município de Careiro, a gleba tem duas unidades separadas pela BR-174.

A secretária do PPI explicou que outra prioridade é a adoção de uma política de atração de investimentos no turismo. “Vamos nos debruçar sobre a legislação para ver até onde é possível abrir mais o setor para desenvolvê-lo em todo seu potencial”, assinalou. Faz parte dessa política conceder parques e áreas naturais para exploração da iniciativa privada.

Além disso, o PPI qualificou o arrendamento de cinco terminais portuários e três pesqueiros, dois leilões de geração de energia nova e dois de transmissão (veja detalhes no quadro). O conselho também decidiu formalizar a inclusão da BR-040/DF/MG/GO, devolvida pela antiga concessionária. “Hoje (ontem) saiu o decreto para relícitar a rodovia”, disse Martha. Nos direitos minerários, por sugestão da Agência Nacional de Mineração (ANM), serão disponibilizadas mais de 20 mil áreas para investimentos no setor mineral.

## Mais projetos

*PPI já qualificou 134 iniciativas. Conheça as prioridades eleitas na 12ª reunião do conselho*

Política de atração de investimentos privados para o setor de turismo

Arrendamentos portuários: Porto Aratu – BA; Porto de Maceió – AL; Porto de Santana – AP; Porto de Paranaguá – PR; e Porto de Vila do Conde – PA

Inclusão da BR-040/DF/MG/GO no PPI para relicitação da rodovia devolvida

Concessões dos parques nacionais de Canela e São Francisco de Paula (ambos

no RS)

Concessão de três florestas na Amazônia: Humaitá, Iquiri e Castanho (todas no AM)

Dois leilões envolvendo geração de energia nova e dois de transmissão de eletricidade

Direitos minerários da Agência Nacional de Mineração (ANM): mais de 20 mil áreas disponíveis

Qualificação da estatal Ceitec no Plano Nacional de Desestatização (PND) e inclusão de lote de participações minoritárias da União no PND

Terminais Pesqueiros de Cabedelo (PB), Belém (PA) e Manaus (AM)

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 20/02/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** Israel Medeiros

**Título:** Lucro recorde; gasolina sobe

A Petrobras aumentará, a partir de hoje, o preço da gasolina nas refinarias. O primeiro reajuste do ano elevará o preço do combustível em 3%, segundo informou a assessoria da estatal ao Correio. O repasse para as bombas, no entanto, dependerá do comportamento dos demais integrantes da cadeia — distribuidoras e postos de revenda. Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis DF), Paulo Tavares, a diferença para o consumidor deve chegar a R\$ 0,03 por litro.

Ontem, a estatal anunciou que teve um lucro líquido de R\$ 40,1 bilhões em 2019, o maior da história da companhia. O resultado, 554% maior do que o de 2018, foi, em grande parte, resultado na venda de ativos da empresa, que somou US\$ 16,3 bilhões no ano passado. Entre outras operações, a Petrobras vendeu o controle da BR Distribuidora e vendeu a TAG Investimentos.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio do litro da gasolina em Brasília foi de R\$ 4,39 entre 9 e 15 de fevereiro. Paulo Tavares explicou que a alta do preço dos combustíveis tem a ver com dois fatores. O primeiro é a disparada do dólar, que bateu os R\$ 4,37 ao longo da quarta-feira, mas terminou o dia cotada a R\$ 4,36 para venda.

“O barril de petróleo baixou, mas o dólar subiu muito. Se o petróleo também estivesse em alta, o preço dos combustíveis, com certeza, estaria maior”, explicou Tavares. Apesar da elevação, ele afirmou que, em Brasília, o preço da gasolina está abaixo da média das últimas semanas. “O Governo do Distrito Federal pesquisa o preço médio dos combustíveis e publica. Esse preço está muito abaixo do que era praticado há trinta dias”, afirma o presidente do Sindicombustíveis.

Outro fator a ser considerado, segundo o empresário, é a preocupação com o novo coronavírus, o Covid-19. De acordo com um relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), a demanda global por petróleo, neste início de ano, foi fortemente afetada pela epidemia. Foi a primeira diminuição trimestral em mais de 10 anos.

**\* Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo**

**MME / ASCOM .**